



*Estado do Rio do Grande do Sul*  
*PREFEITURA DE HERVAL*  
*Secretaria de Administração*

**PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2023**  
**Registro de Preço**

Retificado

Edital de Pregão para Contratação de  
Empresa para Prestação de Serviço de  
Transporte Terceirizado.

**1. PREAMBULO:**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL**, Ildo Roberto Lemos Sallaberry, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **às dez horas e trinta minutos (10:30), do dia (29), do mês de agosto, do ano de 2023**, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Rafael Pinto Bandeira, 671, Centro, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 139/2022, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento dos serviços abaixo relacionados, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 127, de 25/11/2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

**2. DO OBJETO:**

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Transporte Terceirizado para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e as demais Secretarias que apresentarem justificativa da necessidade.

2.2. As quantidades e a discriminação detalhada do produto deste edital constam no Termo de Referência, anexo do edital. E os valores do km por veículo, estão nas respectivas planilhas de custo de cada veículo, também anexo deste edital.

**2.3. JUSTIFICATIVA**

2.3.1. A adoção do sistema REGISTRO DE PREÇOS justifica-se pela forma de prestação dos serviços, que terá estimativa de execução parcelada e não previsíveis.

**3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

3.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE HERVAL  
EDITAL DE PREGÃO Nº  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA  
PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE HERVAL  
EDITAL DE PREGÃO Nº  
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO  
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

#### 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

4.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade com foto.

4.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

4.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

4.5.1. As cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

## 5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

5.3. A pregoeira realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

## 6. PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) Razão social da empresa;

b) Proposta financeira, mencionando o preço unitário e planilha de custos objeto desta licitação, onde deverão estar incluídos todos os custos inclusive impostos taxas e etc.

**Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação. Propostas com valores maiores que os valores de referência calculados nas planilhas iniciais serão aceitas mas sofrerão diligências para apurar a variação de custos de insumos (combustíveis e outros q possam ser demonstrados) entre o período de confecção da planilha de custos e a abertura das propostas.**

## 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

7.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 7.3 e 7.4.

7.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 2 (dois minutos) para apresentar nova proposta.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 16 deste edital.

7.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

7.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) contiverem opções de preços alternativos;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 6;
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

7.16. A sessão pública não será suspensão, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente junto ao setor de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 17.1 deste edital.

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

## 8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

8.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

8.1.2. Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que cumpre plenamente os requisitos de Habilitação, bem como a declaração de concordância e aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos (conforme modelo do Anexo V), assinada por representante (s) legal (is) da empresa.

### 8.2. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial no caso de empresa individual;
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Observação: A documentação relativa à habilitação jurídica apresentada no momento do credenciamento não será necessária constar no envelope de habilitação.

### 8.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

b) prova de regularidade com Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

c) prova de regularidade com Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

### 8.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

### 8.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

8.6. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

8.7. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 4.5, e 4.5.1 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 8.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

8.7.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



8.7.2. Ocorrendo a situação prevista no item 8.7, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

8.7.3. O benefício de que trata o item 8.7 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.7.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.7, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 9.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 16.1, alínea a, deste edital.

8.8. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

#### 8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURIDICA:

a) Declaração de disponibilidade com firma reconhecida ou certificado de propriedade em nome da empresa responsável pelo veículo.

b) A qualificações e obrigações técnicas estão especificadas no Termo de Referência, anexo a este edital.

Obs. 1 - A empresa deverá identificar o veículo no trajeto que estará concorrendo, não podendo o mesmo veículo participar de mais de um trajeto.

Obs. 2 - A empresa vencedora deverá apresentar a pós a Ordem de Início do Serviço, sob pena de não contratar, o rol de motoristas com: carteira profissional específica e negativa criminal.

#### 9. DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, à licitante que ofertar o menor preço para cada item cotado será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

#### 10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

10.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

## 11. DOS PRAZOS DA GARANTIA:

11.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar a ata de registro, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

11.2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, a contar da assinatura da Ata de Homologação. As ordens de serviços se darão através de Memorandos das Secretarias e Empenhos oriundos das mesmas.

## 12. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.1. Executar o serviço licitado conforme especificações deste edital, e em consonância com a proposta de preços;

12.2. Responsabilizar-se civil e criminalmente, com exclusividade, a qualquer dano que venha a provocar a terceiros ou ao Município, em decorrência a execução do Contrato oriunda deste certame:

12.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e / ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

12.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

12.5. Cumprir os horários e itinerários fixados pelo município;

12.6. Iniciar os serviços CONFORME local e horário determinados pela contratante.

12.7. Cumprir as portarias e resoluções do município;

12.8. Submeter os veículos a vistoria técnica determinada pelo município;

12.9. Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

12.10. Arcar com as despesas referentes aos serviços objeto da presente licitação, inclusive os tributos municipais, estaduais e federais incidentes sobre os serviços prestados;



12.11. Manter durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida.

12.12. Adequar os veículos a serem utilizados conforme as determinações do código Nacional de Trânsito,

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

13.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

I- Executar serviço licitado conforme necessidade e solicitação das Secretarias Municipais.

II- Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III- Atender com prontidão reclamações por parte do contratante, objeto da presente licitação.

IV- Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação:

13.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE

I- Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

II- Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

III- Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

IV- Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

### 14. DO PAGAMENTO:

14.1. A contratada deverá apresentar as planilhas de viagem a cada quinze dias, as mesmas serão fornecidas a empresa vencedora pela secretaria contratante, ficando o contratante responsável pelo pagamento até o quinto dia útil após a entrega do relatório, aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

14.2. Para o pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da seguinte documentação:

a) Certidão de Regularidade com FGTS (CRF) e com a Fazenda Federal da CONTRATADA;

b) Certidão de Regularidade com INSS (CND) da CONTRATADA;

c) Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) da CONTRATADA;

d) A não entrega das certidões acima citada não poderão reter o pagamento, mas será motivo de processo administrativo contra a empresa prestadora do serviço.

14.3. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

14.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

14.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 As despesas decorrentes desta licitação só serão lançadas na ocorrência do serviço conforme solicitação da secretaria:

## 16. DAS PENALIDADES:

16.1. Pelo inadimplemento das obrigações sejam na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme as infrações estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de dez (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

16.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Herval, setor de Compras e Licitações, sito na Rua Rafael Pinto bandeira, nº 671, pelo email [licitaherval@yahoo.com.br](mailto:licitaherval@yahoo.com.br) ou pelo

telefone 53 32672900, no horário compreendido entre as 09:00 às 12 horas e das 14 às 17:00 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

17.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município.

17.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

17.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone.

17.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

17.6. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos no item 8.3, alíneas b, c e d, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

17.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial contratado.

17.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

17.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

17.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Herval para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Ildo Roberto Lemos Sallaberry

Prefeito

Sabrina Echeverria dos Santos

Secretária Administração

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

ANEXO I  
TERMO DE REFERENCIA

<b>1 – OBJETO</b>
Registro de preços para prestação de serviços de transporte para os estudantes da rede de ensino de Herval.
<b>2 – ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO</b>
<p><b>Item 1-</b> 01 veículo com, no mínimo, 15 lugares para trazer 12 alunos das localidades:</p> <p><b>Rota 1:</b> Estrada do Mingote, Corredor do Apertado, Pontas do telho, Estância São Flávio, Coxilha do Sarandi, Sede do Bamburrall, Granja dos Nunes e Porteira do Conrado. Totalizando 200.000 Km.</p> <p><b>Item 2</b> -01 veículo com, no mínimo, 15 lugares para trazer 13 alunos das localidades:</p> <p><b>Rota 2:</b> Cerro Azul, Jaguarão Chico, Santa Rita 3, São Vergílio, Estrada do Cerro e Estrada da Guarda Nova. Totalizando 200.000 Km.</p> <p><b>Item3</b> -01 veículo com, no mínimo, 23 lugares para trazer 23 alunos para as escolas municipais.Totalizando 100.000 Km.</p> <p><b>Item 4</b> -1 veículo com , no mínimo,32 lugares, para transportar alunos das escolas municipais para as cidades vizinhas. Totalizando 5.000Km.</p> <p><b>Item 5</b> -1 veículo com , no mínimo, 48 lugares, para transportar alunos das escolas municipais para as cidades vizinhas. Totalizando5.000km.</p>
<b>3 – JUSTIFICATIVA</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>Estes veículos menores são necessários para o transporte de alunos do interior do município para a sede. O serviço de transporte será de segunda a sexta, com saída prevista para às 16h30, da cidade, e chegada na escola às 19h. Retorno dos alunos após às 23h. São alunos do noturno da rede estadual do Ensino Médio do I.E.E.São João Batista, cujo convênio PEATE, foi firmado com o município.</li><li>Os veículos maiores são necessários para viagens pedagógicas e dos Projetos, como Banda Marcial e Invernada, da escolas da rede pública para outros municípios,com horários a ser combinados entre escola e empresa.</li></ul>
<b>4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<p>Órgão: Secretaria Municipal de Educação</p> <p>Fonte de Recurso:</p> <p>1571 –PEATE - <b>Transferências do Estado referente a Convênios e Instrumentos Congeneres vinculados a Educação.</b></p> <p>1500- MDE – Recursos não vinculados de impostos</p>

## 5 – LOCAL, CONDIÇÕES DE ENTREGA OU CONDIÇÕES DE GARANTIA

- Os serviços devem ser realizados de acordo com o exigido no Termo de Referência:
- Os veículos do ITEM 1, farão as seguintes ROTAS:
  - 01 veículo com, no mínimo, 15 lugares para trazer 12 alunos das localidades: Rota 1: Estrada do Mingote, Corredor do Apertado, Pontas do telho, Estância São Flávio, Coxilha do Sarandi, Sede do Bamburral, Granja dos Nunes e Porteira do Conrado. Total de 300km diários.
  - 01 veículo com, no mínimo, 23 lugares para trazer 23 alunos para as escolas municipais.
- O serviço de transporte dos itens 1 e 2 serão de segunda a sexta, com saída prevista para às 16h30, da cidade, e chegada na escola às 19h. Retorno dos alunos após às 23h.
- A quilometragem poderá ser acrescida ou diminuída de acordo com a procura ou desistência de alunos para as aulas no decorrer do contrato.
- Os motoristas devem ter o Curso de Transporte Escolar e Transporte Coletivo.
- Os veículos devem estar em perfeitas condições de manutenção, higiene e trafegabilidade.
- Quanto aos Veículos dos ITENS 3 e 4 :
- Os veículos com idade acima de 10 a 15 anos deverão ser vistoriados de 120 em 120 dias e os veículos acima de 15 até 20 anos deverão ser vistoriados de 90 em 90 dias , por oficina credenciada pela DAER, com laudo de vistoria firmado por engenheiro mecânico, legalmente habilitado junto ao CREA, conforme resolução 4107/2004- DAER.
  - Os veículos maiores serão contratados conforme a solicitação das escolas para viagens com fins pedagógicos, sendo acertado detalhes da viagem, conforme a necessidade.
  - Os motoristas devem ter o Curso de Transporte Coletivo, cujos cursos é de responsabilidade da empresa contratada.
- 1- Os veículos devem estar em perfeitas condições de manutenção, higiene e trafegabilidade.

## 6 – CRONOGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PAGAMENTO

- O fornecedor deverá realizar os serviços descritos no objeto e especificações deverão ser realizadas de acordo com o exigido no Termo de Referência.
- O pagamento se dará em até 15 (quinze) dias após a realização dos serviços, através de MI (Memorando Interno) com a devida autorização da secretaria solicitante juntamente com a NF (nota fiscal) e planilhas comprobatórias da quilometragem percorrida. Também deverá ter o aceite da fiscal do contrato.

## 7 – JULGAMENTO (RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO)

- O critério de julgamento da(s) proposta(s) financeira(s) será o de menor preço, desde que sejam cumpridas as exigências do presente Termo de Referência.

## 8 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1- O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 meses após a publicação da ata.

## 9- PESQUISA DE PREÇO

## 10- VALOR ESTIMADO

O valor total estimado para a prestação dos serviços será de acordo com as planilhas de custos anexas ao edital.

## 11 – DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS

- Apresentação de disponibilidade ou Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo(CRLV) dos veículos relacionados, devidamente atualizados/licenciados em relação ao ano em exercício.
- Comprovação de que os condutores possuem CNH, categoria mínima D.
- Comprovação de Curso Especializado para Condutores de Veículos de Transporte Escolar para os veículos menores, atualizado.
- Comprovação de Curso Especializado para Condutores de Veículos de Passageiros Atualizado.
- Apresentação de Certificado de Conotacógrafo atualizado com a manutenção e aferição em dia, de acordo com a Resolução nº 14/1998- CONTRAN
- Os mesmos deverão estar em plenas condições de uso, com a apresentação de Autorização para Trânsito de Veículo de Transporte Escolar, junto ao Detran/RS, devidamente atualizado, dos últimos 06 meses, de acordo com o Artigo 136 do CTB;

## 12 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Edisa Cabreira da Silveira

Secretária Municipal de Educação

DATA: 07/08/2023

NOME, CARGO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

Claudia Gonçalves  
Agente Administrativo



ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	VEÍCULO E MARCA	VALOR KM RODADO
01	Um veículo com, no mínimo, 15 lugares para trazer 12 alunos das localidades: <b>Rota 1:</b> Estrada do Mingote, Corredor do Apertado, Pontas do telho, Estância São Flávio, Coxilha do Sarandi, Sede do Bamburral, Granja dos Nunes e Porteira do Conrado.	200.000 Km		
02	Um veículo com, no mínimo, 15 lugares para trazer 13 alunos das localidades: <b>Rota 2:</b> Cerro Azul, Jaguarão Chico, Santa Rita 3, São Vergílio, Estrada do Cerro e Estrada da Guarda Nova. Totalizando 200.000 Km.	200.000 Km		
03	Um veículo com, no mínimo, 23 lugares para trazer 23 alunos para as escolas municipais.	100.000 Km		
04	Um veículo com, no mínimo, 32 lugares, para transportar alunos das escolas municipais para as cidades vizinhas.	5.000 Km		
05	Um veículo com , no mínimo, 48 lugares, para transportar alunos das escolas municipais para as cidades vizinhas.	5.000 Km		

Data:

Validade da Proposta:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Email:

Telefone:

Representante Legal

Assinado por 3 pessoas: ISMAEL RODRIGUES DA CONCEICAO, SABRINA ECHEVERRIA DOS SANTOS e ILDO ROBERTO LEMOS SALABERRY  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://herval.1doc.com.br/verificacao/6429-D4D1-681E-1A92>



### ANEXO III

### MODELO DE PROCURAÇÃO

### PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., e Inscrição Estadual sob o nº. ...., representa-

da neste ato por seu (s) ....(qualificação (ões), do(s) outorgante(s) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. .... e CPF sob nº. ...., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o(a) Sr.(a) ...., (qualificação), portador(a) da Cédula de Identidade RG sob nº. ... , e CPF sob nº. ...., a quem confere (imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa), perante o Município de Herval, no que se referir ao Edital de Pregão Presencial nº. ..../2023, especialmente para tomar toda e qualquer decisão durante as fases deste Pregão, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, oferecer/assinar PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO em nome da Outorgante, formular lances na etapa de lances, negociar a redução de preço, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, firmar contrato em nome da Outorgante, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o final de todo o processo deste Pregão Presencial nº. .../2023, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Diretor Sócio-Gerente ou Equivalente.  
(Reconhecer Firma)

## ANEXO IV

### MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa ....., inscrita no CGC/CNPJ sob nº ....., através do presente, credencia o(a) Sr. (a) ....., portador da cédula de identidade nº ....., CPF nº,..... a participar da licitação instaurada pelo Município de Herval, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº ...../2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de ....., de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

ANEXO V  
MODELO - DECLARAÇÃO

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada ....., por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF nº ....., declara, perante à Lei, que até a presente data: a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;

e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e

f) declara, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos de habilitação, ou seja, que o envelope identificado como o de nº 02, contém todas as exigências editalícias que comprovam a regularidade jurídica e fiscal, bem como a capacitação técnica e econômica da empresa, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

Cidade – (UF), ..... de..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
(nome do representante legal)

ANEXO VI  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (ME's ou EPP's).

Declaro sob as penas da Lei, que a licitante....., CNPJ/MF sob nº. ...., se enquadra na definição do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, pelo que pretende EXERCER O DIREITO, conferido por esta Lei e que, para tanto, atende suas condições e requisitos, não estando incursa em nenhum dos impedimentos constantes de seu § 4º.

A presente declaração é a expressão da verdade pela qual firmamos abaixo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Contador - (carimbo)



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6429-D4D1-681E-1A92

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ISMAEL RODRIGUES DA CONCEICAO (CPF 030.XXX.XXX-40) em 17/08/2023 09:31:42 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SABRINA ECHEVERRIA DOS SANTOS (CPF 041.XXX.XXX-42) em 17/08/2023 09:53:32 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ILDO ROBERTO LEMOS SALABERRY (CPF 183.XXX.XXX-04) em 17/08/2023 10:34:45 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://herval.1doc.com.br/verificacao/6429-D4D1-681E-1A92>